



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0049571-85.2019.6.05.8000 (PAD nº 15.682/2019)
INTERESSADO : SEMAC - Seção de Manutenção da Capital
ASSUNTO : Contratação de eletricitistas com fornecimento de material para a Capital - Eleições 2020

Parecer nº 0161401 / 2020 - PRE/DG/ASJUR1

Processo nº 15.682/2019

Assunto: Recurso – Pregão Eletrônico nº 15/2020 – Consulta – Classificação REAL ENERGY LTDA.

Parecer nº 200/2020

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para manifestação acerca do recurso interposto pela MARCCARY ENGENHARIA LTDA., bem como para responder à consulta formulada pela Diretoria-Geral quanto à aceitabilidade da proposta apresentada pela licitante vencedora – REAL ENERGY LTDA. – ante à ausência de provisão de custos para o INSS no BDI (Bonificação e Despesas Indiretas).
2. A recorrente, terceira colocada no Pregão Eletrônico nº 15/2020, sustenta, em síntese, que:
 - 2.1. A proposta classificada está em desconformidade com as condições 4.2.1 e 4.9 do edital, uma vez que as especificações, objeto e local de execução divergem do quanto indicado no Anexo I (Termo de Referência).
 - 2.2. Os percentuais adotados na composição do BDI a título de PIS e COFINS refletem a tributação de incidência cumulativa, não sendo coerente com o regime do Lucro Real para o IRPJ e CSLL. Ademais, a recorrida considerou a alíquota de 2,5% para o ISS, quando, no município de Salvador, esse percentual corresponde a 5%. Tais equívocos enquadram a REAL ENERGY nas condições 2.7 e 4.4 do edital.
3. Em contrarrazões, a recorrida reconhece ter escrito dados incorretos nas páginas de composição de custos, porém assevera ter declarado concordância com os termos do edital, destrinchando todos os itens previstos para executar o objeto proposto. No que tange ao ISS, afirma ter ocorrido falha na digitação, o que não altera o fato de ter ofertado o menor preço global.
4. O Pregoeiro manteve a decisão de classificação da empresa REAL ENERGY LTDA., considerando como erro material, perfeitamente sanável, o endereçamento da planilha orçamentária ao Tribunal de Justiça do Paraná. Em relação ao BDI, ressaltou que: *“Quanto à segunda questão trazida pela Recorrente, também não pode prosperar: eis que a área técnica deste Tribunal, após minucioso exame, entendeu por bem que a planilha apresentada pela Recorrida atendia plenamente aos requisitos editalícios”*.
5. Por fim, a Diretoria-Geral solicita análise desta Unidade a respeito do argumento de que o INSS estaria zerado na planilha do BDI em função da tributação da empresa ser do tipo “onerada” (informação constante na Ata – doc. nº 58990/2020 – e no Relatório Final do Pregão – doc. nº 59021/2020).

É o relatório.

6. Inicialmente, trataremos dos pontos abordados no recurso interposto pela MARCCARY ENGENHARIA.

6.1. A primeira irregularidade apontada – aposição de objeto e Órgão licitante estranhos ao Pregão nº 15/2020 – não possui qualquer relevância, consistindo em simples erro material, conforme pontuou o Pregoeiro.

6.2. Quanto aos supostos equívocos na planilha analítica de composição do BDI, insta transcrever o regramento constante do Edital:

“10.1. Encerrada etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

10.1.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, exclusivamente por meio eletrônico, via convocação de anexo do Comprasnet, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro, a proposta padrão ajustada ao lance final, conforme Anexo III deste Edital, sob pena de recusa da proposta.

10.1.2. Erros no preenchimento da proposta não configuram motivo suficiente para sua recusa, podendo ser ajustada sem a majoração do preço final ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

(...)

10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.” (grifo acrescido).

6.2.1. Observa-se que a exigência de encaminhamento de planilha de composição de custos tem por finalidade a verificação da exequibilidade da proposta. No caso em comento, os preços ofertados pela REAL ENERGY LTDA. não parecem destoar dos valores orçados pela Administração, representando uma economia de 14,4% (quatorze vírgula quatro por cento).

6.2.2. De toda sorte, impende ressaltar a carência de documentos nos presentes autos aptos a viabilizar o exame da aderência dos custos planilhados à realidade da empresa. Com efeito, não é possível avaliar a correção dos percentuais informados a título de PIS e COFINS sem termos conhecimento do regime de tributação a que a empresa está submetida. Caso a REAL ENERGY apure o IRPJ e a CSLL com base no Lucro Presumido, a planilha do BDI não merecerá qualquer ajuste quanto a este aspecto. Se a empresa for optante pelo Lucro Real, caberá a adequação dos custos, sem majoração do valor global, medida prevista no edital[1]. Convém registrar que a recorrida não se manifestou sobre a questão em sede de contra-razões. Julgamos, assim, que a empresa deverá ser instada a apresentar documentação pertinente ao seu regime de tributação, realizando as adaptações na planilha do BDI, caso necessário.

6.2.3. No que concerne ao percentual do ISS, nota-se que a empresa seguiu o modelo do próprio Edital (Anexo B do Termo de Referência). Considera-se o percentual de 2,5%, uma vez que o imposto incidirá apenas na parcela dos serviços, excluindo-se os materiais empregados na execução. Esse é o raciocínio empregado para obras, cumprindo que a área demandante esclareça sua aplicação ao objeto em tela, mormente em face do destaque de cada uma das parcelas (mão de obra e materiais).

7. De acordo com as informações constantes nas mensagens trocadas no curso do certame (Ata – doc. nº 58990/2020), o Pregoeiro classificou a empresa com amparo na análise da área técnica. Todavia, as conclusões da Unidade deixaram de ser colacionadas, recomendando-se a adoção da providência.

8. Conclui-se que os motivos elencados pela MARCCARY ENGENHARIA LTDA. não se mostram suficientes para fundamentar a recusa da proposta ofertada pela licitante vencedora. A Administração deve

privilegiar o princípio da busca pela proposta mais vantajosa, admitindo-se o seu saneamento, desde que não haja aumento do valor global da contratação e que seja mantida a sua exequibilidade após a adaptação do encargo a ser suportado. Nesse sentido, identificamos inúmeros julgados do Tribunal de Contas da União:

“A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.” (Acórdão nº 830/2018 - Plenário.)

“Estando os preços global e unitários ofertados pelo licitante dentro dos limites fixados pela Administração, é de excessivo rigor a desclassificação da proposta divergência entre seus preços unitários e respectivas composições detalhadas de custos, por afronta aos princípios da razoabilidade, da ampla competitividade dos certames e da busca de economicidade nas contratações. Referida divergência se resolve com a retificação das composições, sem necessidade de modificações ou ajustes em quaisquer dos valores lançados na proposta a título de preços unitários.” (Acórdão nº 2.742/2017 - Plenário)

“Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.” (Acórdão nº 1.811/2014 - Plenário)

“É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade.” (Acórdão nº 187/2014 - Plenário)

8.1. Portanto, cumpre a realização das diligências acima indicadas (itens 6.2.2, 6.2.3 e 7) para, oportunizando-se eventual saneamento da proposta, confirmar a sua exequibilidade.

9. Relativamente à dúvida suscitada pela Diretoria-Geral, entendemos que a omissão da rubrica “Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta” (CPRB) no BDI encontra-se em consonância com a precificação da mão de obra com encargos não desonerados. Explica-se: a Lei nº 12.546/2011 instituiu a denominada “Desoneração da Folha de Pagamento”, consistente na substituição de parte das contribuições previdenciárias incidentes sobre os salários pela aplicação de uma alíquota sobre a receita bruta ajustada. Com a edição da Lei nº 13.161/2015, a desoneração tornou-se facultativa, ou seja, as empresas passaram a optar entre a tributação na forma tradicional (contribuição sobre a folha de pagamento) e a tributação na forma desonerada (contribuição sobre a receita). Tendo em vista que a REAL ENERGY LTDA. assevera ser sua planilha “onerada”^[2], depreendemos que a empresa efetua o recolhimento do INSS sobre o salário dos empregados, não tendo aderido à desoneração (hipótese em que a contribuição incrementaria o BDI).

É o parecer, *sub censura*.

Salvador, 27 de abril de 2020.

Patrícia Caleffi

Técnico Judiciário

[1] Tendo em vista que no doc. nº 58996/2020, para a licitante REAL ENERGY LTDA., consta a informação “DECLARAÇÃO ME/EPP/COOP: NÃO”, deixamos de considerar a possibilidade de tributação pelo SIMPLES NACIONAL.

[2] Página 6 da Ata do Pregão (doc. nº 58990/2020) e planilha analítica do BDI (doc. nº 58994/2020).

Digite aqui o conteúdo da aqui...



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA CALEFFI, Técnico Judiciário**, em 27/04/2020, às 19:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0161401** e o código CRC **38521D2F**.